

NAS ASAS DA RESISTÊNCIA: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DO CAPITÃO-AVIADOR ALFREDO RIBEIRO DAUDT (1961-1980)

IN THE WINGS OF RESISTANCE: THE POLITICAL PATH OF CAPTAIN-AVIATOR ALFREDO RIBEIRO DAUDT (1961-1980)

Bruno Marinho Trindade¹

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar algumas considerações sobre a trajetória política do capitão-aviador Alfredo Ribeiro Daudt. Identificado com as ideias nacionalistas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), este militar se engajou nos movimentos políticos de defesa da democracia no Brasil. Se uniu a outros militares legalistas na Campanha da Legalidade (1961), na tentativa de resistência ao Golpe Civil-Militar de 1964 e nos primeiros movimentos armados para derrubar a Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional Brasileira. Após ser expulso da Aeronáutica, em função de seu posicionamento político, Alfredo Daudt tentou articular um movimento armado que ficou conhecido como Operação Pintassilgo. Com a descoberta do plano, pelos órgãos de segurança, em novembro de 1964, foi preso e transferido para o quartel da Polícia do Exército, de onde conseguiu fugir. Exilando-se no Uruguai, uniu-se a outros civis e militares trabalhistas que, sob a liderança de Leonel de Moura Brizola, planejaram novas tentativas de levantes armados. Após a desarticulação destes planos pelos órgãos de segurança, retornou ao Brasil no final de 1967, sendo novamente preso. Com sua absolvição se engajou, nos anos seguintes, na luta pela anistia dos militares cassados pelos atos institucionais, ajudando também a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT), em 1980.

Palavras-chave: Alfredo Ribeiro Daudt. Militares trabalhistas. Ditadura Civil-Militar. Terrorismo de Estado. Anistia.

Abstract: This paper aims to present some considerations about the political trajectory of captain-aviator Alfredo Ribeiro Daudt. Identified with the nationalist ideas of the Brazilian Labor Party (PTB), this military man engaged in political movements for the defense of democracy in Brazil. He joined another legalistic military in the Legality Campaign (1961), in the attempt to resist the 1964 Civil-Military Coup and in the first armed movements to overthrow the Brazilian National Security Civil-Military Dictatorship. After being expelled from the Air Force because of his political stance, Alfredo Daudt tried to articulate an armed movement that became known as Operation Pintassilgo. With the discovery of the plan by the security agencies in November 1964, he was arrested and transferred to Army Police headquarters from which he managed to escape. In exile in Uruguay, he joined other civil and military labor who, under the leadership of Leonel de Moura Brizola, planned further attempts at armed uprisings. After the disarticulation of these plans by the security agencies, he returned to Brazil at the end of 1967 and was again arrested. With his acquittal, he engaged in the following years in the fight for amnesty of the military disqualified by the institutional acts, also helping to found the Democratic Labor Party (PDT) in 1980.

Keywords: Alfredo Ribeiro Daudt. Labor military. Civil-Military Dictatorship. State Terrorism. Amnesty.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho tem por objetivo apresentar algumas considerações sobre as ações políticas do capitão-aviador Alfredo Ribeiro Daudt², entre os anos de 1961 e 1980. Nesse período, como militar da ativa, participou da Campanha da Legalidade (1961) e da tentativa de resistência ao Golpe Civil-Militar de 1964, sendo punido com a prisão após estes dois eventos. Após a instauração da Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional (SN) Brasileira

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria na linha de pesquisa Cultura, Migrações e Trabalho. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Email: brunomt10@gmail.com.

² No restante do artigo o capitão-aviador será chamado de Alfredo Daudt.

foi expulso da Aeronáutica por conta de sua atuação em defesa da legalidade e de sua identificação com as ideias nacionalistas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Atuando conjuntamente com militares cassados e da ativa das Forças Armadas Brasileiras e da Brigada Militar³ e sob a liderança do ex-Governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, do PTB, Alfredo Daudt ajudou no planejamento das primeiras tentativas de movimentos armados para derrubar a Ditadura Civil-Militar de SN recém-instaurada no País.

Após fazer um esboço do que foi denominado de Operação Pintassilgo, o capitão-aviador foi descoberto e preso pelos órgãos de segurança brasileiros, em Porto Alegre, sendo transferido para o quartel da Polícia do Exército, de onde conseguiu fugir. Se exilou no Uruguai e, naquele país, juntamente com Leonel Brizola e outras lideranças civis e militares trabalhistas, ajudou a articular novas tentativas de levantes armados. Após retornar ao Brasil, no final de 1967, foi preso novamente, sendo posteriormente absolvido. Nos anos seguintes se engajou na luta pela anistia dos militares cassados pelos atos institucionais, ajudando também a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT), em 1980.

Desta forma, tendo como fio condutor a trajetória de luta e perseguição do capitão-aviador Alfredo Daudt, será demonstrado que tal perseguição aos militares trabalhistas no interior das Forças Armadas Brasileiras estava baseada nas premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que resultou do alinhamento político-ideológico de uma parcela significativa dos militares brasileiros com os Estados Unidos da América (EUA). Em um contexto de acirramento da luta entre capitalistas e comunistas, representado pela chamada “Guerra Fria”, militares como Alfredo Daudt eram vistos como “inimigos internos” e, conforme Padrós (2005) e Maciel (2009), pelo fato de serem militares, também “traidores” a serviço do comunismo internacional, mesmo que com estas ideias revolucionárias não se identificassem.

Tal doutrina serviu de base para as práticas de Terrorismo de Estado (TDE), que se utilizando do aparato repressivo do Estado, visou eliminar qualquer foco de contestação ao *status quo*, utilizando-se, para isto, de variadas formas de violência física e psicológica contra aquelas pessoas enquadradas ao conceito de “inimigo interno”, com ameaças, prisões arbitrárias, torturas e assassinatos. A possibilidade de a qualquer momento ser considerada uma ameaça pelo Estado e, conseqüentemente, sofrer graves punições, gerava na população um sentimento de medo e ansiedade, impedindo qualquer tipo de contestação. Conforme Padrós, o TDE se baseia em uma lógica “de governar mediante a intimidação. Em suma, é um

³ Assim denominada a Polícia Militar no Rio Grande do Sul.

sistema de governo que emprega o terror para enquadrar a sociedade e que conta com o respaldo dos setores dominantes, mostrando a vinculação intrínseca entre Estado, governo e aparelho repressivo” (2005, p. 64).

As fontes utilizadas nesse trabalho foram Inquéritos Policiais Militares (IPMs), produzidos pelos órgãos de segurança brasileiros, acessados no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), reportagens de jornais, livros de memórias de militares, duas entrevistas concedidas ao autor – entre elas, a do filho do capitão-aviador, o sargento reformado da Aeronáutica Alfredo Daudt Júnior⁴ –, depoimentos de militares à Comissão Nacional da Verdade (CNV) e um processo administrativo de indenização, do acervo da Comissão Especial de Indenização do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Tendo-se como referencial teórico os aportes do materialismo histórico e do TDE, e tomando-se os cuidados metodológicos que cada tipo de fonte exige, buscou-se fazer o cruzamento das informações, de modo a se chegar a uma verossimilhança com o período aqui focado.

O “INIMIGO INTERNO”: DA CAMPANHA DA LEGALIDADE (1961) À RESISTÊNCIA AO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

Para um melhor entendimento da atuação de militares das Forças Armadas Brasileiras, como o capitão-aviador Alfredo Daudt, em movimentos que visaram à preservação e a restauração da democracia no Brasil, na década de 1960, faz-se necessário apresentar algumas considerações a respeito das divergências ideológicas presentes nas instituições militares naquele período. Além destas divergências ideológicas, outras questões, não menos importantes, como as reivindicações de militares graduados⁵, também ajudam na compreensão dos conflitos existentes nas instituições militares que, em 1961, por conta da Campanha da Legalidade, se tornaram mais perceptíveis.

Destaca-se, primeiramente, a DSN. Esta foi difundida por um grupo majoritário de oficiais⁶, sobretudo do Exército, por meio da Escola Superior de Guerra (ESG), a partir de 1949, e representava o alinhamento ideológico desses militares com o Governo estadunidense. No contexto da chamada “Guerra Fria” isso significava o combate a uma suposta “ameaça comunista” ao mundo ocidental e capitalista – nesse caso, entendido como

⁴ No restante do artigo este será chamado de Alfredo Júnior.

⁵ O que corresponde a: soldado, taifeiro, marinheiro, cabo, sargento, subtenente e suboficial. Estes militares estão na base da hierarquia militar e também podem ser chamados de praças. In. POSTOS e graduações. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/postos-e-graduacoes>> Acesso em: 30 abr. 2019.

⁶ O que corresponde basicamente a: aspirante, tenente, capitão, major, tenente-coronel, coronel, contra-almirante, general, almirante, brigadeiro, marechal e marechal do ar. In. POSTOS e graduações. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/postos-e-graduacoes>> Acesso em: 30 abr. 2019.

“democrático”, ou “livre” – e cristão. Nesse sentido, a doutrina partia do pressuposto da existência de um “inimigo interno” a serviço do comunismo internacional, que precisaria ser eliminado, pois este representaria um perigo para a suposta “unidade nacional”, entendida como uma sociedade “harmoniosa”, ou seja, sem a presença de qualquer tipo de questionamento às desigualdades sociais geradas pelo modo de produção capitalista. Negava, portanto, a ideia de luta de classes. Para os militares alinhados a essa doutrina, qualquer pessoa que questionasse e se engajasse politicamente contra aquele *status quo* eram denominadas, genericamente, de “subversivas” ou “comunistas”. Sobre essas imprecisões da DSN, Comblin diz que:

O conceito de segurança nacional torna-se muito operacional desde o momento em que se define o inimigo. A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem contra quem: o comunismo. Sua indefinição é que faz sua eficiência: o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade; para lutar contra ele é preciso um conceito muito flexível. Em qualquer lugar onde se manifeste um aparente comunismo, o Estado está presente e faz intervir a segurança nacional. A segurança nacional é a força do Estado presente em todos os lugares em que haja suspeita do fantasma do comunismo. Às vezes atacam um objetivo, às vezes outro: à onipresença do comunismo responde-se com a onipresença da segurança nacional (1978, p. 55).

No entanto, apesar de ser preponderante dentro das Forças Armadas Brasileiras, a doutrina em questão não contava com uma total adesão entre os militares. Desde meados da década de 1940, as ideias de viés nacionalista passaram a exercer uma considerável influência sobre os militares graduados e, em menor grau, sobre os oficiais. Neste último caso, destaca-se o general Júlio Caetano Horta Barbosa, que foi o primeiro presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP)⁷, durante o Estado Novo (1937-1945). Com a criação do PTB, por Getúlio Vargas, em 1945, a maior parte dos militares nacionalistas viu no Partido uma proximidade de ideias, no sentido de defesa da exploração e da comercialização dos recursos naturais – como o petróleo – por empresas estatais brasileiras. Para esse grupo de militares, esta seria uma forma de tornar o País independente economicamente.

Mesmo em um contexto anterior ao Golpe Civil-Militar de 1964, os militares não alinhados a DSN já sofriam perseguições dentro dos quartéis, com prisões, transferências para unidades em outras regiões do Brasil e até mesmo torturas. Em um cenário de anticomunismo, qualquer tipo de contestação de militares às desigualdades econômico-sociais, com propostas de reformas limitadas ao modo de produção capitalista, era considerado, pelos oficiais da

⁷ Criado pelo Decreto-Lei nº 395, em 1938.

DSN, uma “ameaça comunista” que precisava ser combatida nas Forças Armadas. Nesse sentido, por uma parte, Sodré observa que, “[...] após profunda desmoralização do comunismo, colocado na simples categoria de lepra social, [...], – tudo o que discrepasse dessa linha vesânica seria inculcado de subversivo [...]. Assim, a defesa do interesse nacional passava a ser crime perigoso” (2010, p. 367). Por outra parte, o capitão reformado do Exército Brasileiro, José Wilson da Silva⁸, relata, em sua autobiografia, *O tenente vermelho*:

O Movimento Nacionalista passou a defender os minérios estratégicos e todas as riquezas do subsolo como propriedades da Nação e não susceptíveis de ser explorado por empresas estrangeiras. [...]. O oficial ou sargento que se posicionasse defendendo as teses nacionalistas era afastado de comandos, transferido para unidades longínquas, criando dificuldades para sua carreira (2011, p. 205).

Não se deve desconsiderar, no entanto, a penetração que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) tinha dentro das Forças Armadas Brasileiras – mesmo que em menor escala –, o que, a partir da década de 1950, significou uma aproximação de ideias com a ala nacionalista do PTB. Para um melhor entendimento dessa aproximação entre os militares nacionalistas, socialistas e comunistas deve-se salientar que, naquele período, o PCB passou a defender a estratégia de Revolução dividida em duas etapas, sendo a primeira delas correspondente a uma fase anti-imperialista e antifeudal, em que a parte da suposta burguesia nacional, não atrelada ao capital externo, teria a função de colaborar com a industrialização do País. Com isto, conforme Gorender, “sofrieram expropriação somente os grandes capitalistas brasileiros serviçais do imperialismo norte-americano” (2014, p. 25). Essa seria, portanto, uma etapa obrigatória para um processo revolucionário que, sem se utilizar da luta armada, chegaria ao Socialismo.

Desta forma, a defesa da etapa democrático-burguesa da Revolução Socialista se aproximava das ideias do PTB, de nacionalização da exploração e comercialização dos recursos naturais brasileiros, de uma política externa independente e de reformas que deveriam diminuir as desigualdades sociais do Brasil. Este foi o caso, por exemplo, das Reformas de Base propostas pelo Governo de João Goulart, no início da década de 1960. Seus

⁸ Este autor fazia parte do grupo de militares que partilhavam das ideias nacionalistas aqui enunciadas. No momento do Golpe Civil-Militar de 1964, tinha o posto de 2º tenente do Exército Brasileiro e era vereador pelo PTB, em Porto Alegre. Teve uma relação muito próxima com o ex-Governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, também do PTB, tanto no Brasil quanto no Uruguai. Neste país se exilaram após o Golpe e articularam algumas tentativas de luta armada contra a Ditadura Civil-Militar de SN Brasileira, juntamente com o capitão-aviador Alfredo Daudt e outros militares trabalhistas e não trabalhistas.

objetivos de reformas econômicas, sociais e políticas estavam restritos, portanto, aos marcos da democracia burguesa⁹.

No entanto, de uma forma geral, esta ideia de apoio mútuo entre nacionalistas e comunistas não era um consenso, até porque, como observa Moreira, o Movimento Nacionalista dos anos 1946-1964, “teve uma dimensão claramente liberal, representada pelo nacional-desenvolvimentismo, e outra popular, exemplificada pelo nacionalismo econômico”, este último, mais reformista e radical (2017, p. 170). Nas Forças Armadas essa diferença pode ser exemplificada com o caso do marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, o qual, apesar de nacionalista, era anticomunista. Este militar concorreu às eleições de 1960, pelo Partido Social Democrata (PSD), o mesmo do ex-presidente nacional-desenvolvimentista Juscelino Kubitschek. Mesmo no PTB havia setores mais moderados e até anticomunistas, o que no caso dos militares ficou em evidência durante a luta armada contra a Ditadura Civil-Militar de SN Brasileira.

Em síntese, nas Forças Armadas Brasileiras as correntes nacionalista e marxista, mesmo que de diferentes formas, situavam-se à esquerda da DSN e encontravam maior adesão entre os militares graduados. Sobre estes últimos, acrescentam-se as suas reivindicações por melhorias nas condições de vida nos quartéis, além de direitos civis e políticos iguais aos da oficialidade. Na Marinha, por exemplo, entre as reivindicações, estavam o fim do “livro de castigo”, que punia com a prisão os marinheiros considerados insubordinados, o direito ao casamento para aqueles graduados abaixo de sargento, o direito de concorrer a eleições, de estudar, de usar trajes civis fora dos navios e das repartições militares, além de uma “[...] relação mais humana e fraterna com a oficialidade” (CAPITANI, 2005, p. 25).

Estas reivindicações eram semelhantes no Exército e na Aeronáutica. Em depoimento à CNV, o capitão reformado do Exército, Darcy Rodrigues, relembra que se integrou ao Movimento dos Sargentos¹⁰, inicialmente para lutar contra os estatutos militares, “que estavam totalmente fora da realidade”. No entanto, isso não significava a inexistência de uma

⁹ Entre as propostas, de caráter econômico, estavam a suspensão do pagamento da dívida externa, o controle e redução das remessas de lucro do capital estrangeiro, a estatização de setores industriais considerados estratégicos – dentro disso, a expansão do monopólio da PETROBRAS – e o combate ao latifúndio agroexportador. Este último se daria por meio de uma reforma agrária, proposta esta que encontrava maior resistência por parte da direita conservadora. Além disso, outras reformas eram propostas, tais como: a urbana, que visava o controle do crescimento desordenado das cidades e um combate à especulação imobiliária; a reforma eleitoral, que estenderia o direito ao voto para analfabetos e a legalização do PCB; e a reforma universitária (GORENDER, 2014; MOREIRA, 2017).

¹⁰ Iniciado em fins da década de 1950 e início de 1960, e liderado pelos sargentos das Forças Armadas Brasileiras, este Movimento tinha como reivindicação mudanças nos estatutos militares (MACIEL, 2009).

preocupação política e social mais ampla por parte daqueles militares que, em maioria, se identificavam com as ideias nacionalistas. Nesse sentido, conforme Darcy Rodrigues, com a ampla adesão de sargentos nas discussões pela mudança dos estatutos “[...], começava a haver alguns sargentos que iam um pouquinho além, que começavam a discutir algo mais, que começavam a questionar questões de ordem política, econômica, e questões sociais. Então esses a gente já puxava para outro grupo”¹¹.

Desta forma, percebe-se que as Forças Armadas Brasileiras não era um bloco monolítico, pois reproduziam as mesmas contradições presentes no meio civil, o que se refletia no tratamento entre oficiais e praças e nas discussões político-ideológicas. Além disso, a origem de classe desses militares exercia uma considerável influência nessas questões, como no caso dos sargentos e marinheiros que, em sua maioria, eram filhos de trabalhadores. Observa-se, no entanto, que uma parte minoritária da oficialidade se solidarizava com as reivindicações dos militares graduados, o que acabava unificando estes dois grupos nos debates políticos mais amplos. Em suma, as reivindicações de sargentos e marinheiros, a Campanha da Legalidade e a luta pelas Reformas de Base, durante o Governo de João Goulart, eram questões que estavam interligadas, atingindo o auge dos embates em março de 1964, com a vitória dos militares golpistas alinhados à DSN.

O início da década de 1960 correspondeu, portanto, a um período de grande participação política no Brasil, mobilizando amplos setores da sociedade na defesa de diferentes projetos políticos e econômicos para o País. Isto ficou evidente com a renúncia de Jânio Quadros, do Partido Trabalhista Nacional (PTN), à Presidência da República, seguida da tentativa dos três ministros militares de impedir a posse do Vice-Presidente João Goulart, do PTB, quando este retornava de uma viagem oficial à República Popular da China. Nas Forças Armadas isto se refletiu entre os grupos de militares nacionalistas, socialistas e comunistas que se uniram e aderiram à Campanha da Legalidade, liderada pelo Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Dentro do PTB, Brizola era a principal liderança política representante das ideias nacionalistas, centradas no anti-imperialismo. Com a recusa dos ministros militares de respeitar o que determinava a Constituição, o Governador transferiu os estúdios da rádio Guaíba para o Palácio Piratini e de lá convocou a população civil a resistir ao golpe.

Os discursos de Brizola, propagados pela Rádio da Legalidade, foram ouvidos em várias regiões do Brasil, o que contribuiu para o apoio de grande parte da população civil e

¹¹ RODRIGUES, Darcy. Depoimento prestado à CNV em 19 de março de 2013, em São Paulo.

dos setores legalistas das Forças Armadas. Além de greves de trabalhadores e manifestações estudantis pelo País, também foram formados grupos de voluntários dispostos a pegar em armas. Conforme acrescenta Brandalise, no Rio Grande do Sul, Brizola contou com o apoio da Brigada Militar e a adesão do III Exército que, com sede em Porto Alegre, possuía o maior e mais bem equipado contingente militar do País, com cerca de 120 mil soldados espalhados pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (2017, p. 200). Em diversas regiões do Brasil, militares graduados assumiram o controle de quartéis, deixando de seguir ordens dos oficiais que defendiam o golpe em curso. Nessa perspectiva, a adesão de setores importantes das Forças Armadas à Campanha da Legalidade também refletiu uma quebra de hierarquia generalizada nas instituições militares. Sobre isso, José Wilson da Silva afirma que:

Em esmagadora maioria os sargentos e uns poucos oficiais ficaram com os dispositivos constitucionais, enquanto um forte contingente de oficiais tentou jogar suas tropas para o lado dos ministros golpistas. Os oficiais nacionalistas e democratas ficaram ao lado da constitucionalidade. [...] Em várias Unidades Militares foram vividos momentos angustiantes e de extrema gravidade com a quebra da então costumeira disciplina vertical. Os comandantes que se colocaram ao lado dos golpistas ficaram sem tropas, enquanto graduados assumiram comandos (2011, p. 33).

É provável que a adesão à Legalidade, por parte do comandante do III Exército – o general José Machado Lopes –, também seja resultado dessa quebra de hierarquia. Conforme o depoimento de Paulo Schilling¹², citado por Costa, a adesão do general ocorreu “[...] porque não tinha mais tropa para comandar. Os sargentos dominaram tudo” (2007, p. 50). Corroborando com esta afirmação, o capitão reformado do Exército, Amadeu Felipe Ferreira, em depoimento prestado à CNV, acrescenta que quando servia no 18º RI – a unidade considerada mais forte de Porto Alegre –, os sargentos assumiram o comando do quartel prendendo os oficiais que obedeciam as ordens dos ministros golpistas: “[...] o general Machado Lopes que era o comandante do terceiro exército só depois de receber essa notícia que nós mandamos pra ele [...] é que resolveu assumir a legalidade”¹³.

Situação semelhante também ocorreu na Aeronáutica, quando o comandante da Base Aérea de Canoas, município próximo de Porto Alegre, acatou as ordens vindas do Ministério da Guerra para bombardear o Palácio Piratini, sede da resistência ao golpe e lugar rodeado por

¹² Foi chefe da assessoria agrária do Governo Brizola, quando este era Governador do Rio Grande do Sul. Posteriormente, com a efetivação do Golpe Civil-Militar de 1964, se exilou no Uruguai, junto com Brizola e outras lideranças políticas.

¹³ FERREIRA, Amadeu Felipe. Depoimento prestado à CNV em 19 de março de 2013, local: s/i.

milhares de civis dispostos a defender a democracia. No entanto, isto não ocorreu devido à mobilização de um grupo de militares daquela base que, conforme relato do tenente-coronel reformado da Aeronáutica, Avelino Iost, “[...] após ordem para preparar os aviões para decolar, houve resistência dos sargentos e suboficiais que, desarmados, dando-se as mãos, circundaram os aviões para impedir que os pilotos embarcassem” (2009, p. 36). Iost ainda acrescenta que o mesmo grupo de militares “[...] desligaram também nos aviões o acionamento de canhões e de bombas. A pressão de ar dos pneumáticos das aeronaves foi reduzida. Na pista foram colocados tonéis e outros obstáculos” (Idem, p. 40).

Desse grupo de militares graduados, que impediu a decolagem dos jatos *Gloster Meteor*, também fez parte o capitão-aviador Alfredo Daudt. Piloto da aviação de caça, veterano da Segunda Guerra Mundial¹⁴ e identificado com as ideias trabalhistas, o oficial foi procurado por um grupo de sargentos daquela base e prontamente ajudou na sabotagem dos aviões. Conforme depoimento de seu filho, o sargento reformado Alfredo Júnior, assim que a ordem do bombardeio chegou à Base Aérea e os militares tomaram conhecimento, rapidamente tiveram de tomar uma decisão, provocando uma “linha divisória” entre legalistas e golpistas. Nesse sentido observa que:

[...] com essa divisão eles partiram para a ação. Então meu pai sempre me relatava que: ‘pô, um bombardeio do Palácio Piratini, no meio da cidade de Porto Alegre, seria uma catástrofe histórica, *sem precedentes*’. E aquilo ali forçou uma decisão *imediate* dos militares [legalistas]. [...]. Eu soube disso e foi nessa ação que o meu pai se destacou como um dos militares que estava junto com todos os que fizeram isso daí [...] ¹⁵ [grifo do autor].

Em reportagem ao jornal Sul21, a viúva do capitão-aviador, Dóris Daudt, acrescenta que, afastado o perigo do bombardeio, seu marido e outros militares foram até o Palácio Piratini levar a notícia ao Governador Leonel Brizola¹⁶. No entanto, logo depois das ações, o oficial da Aeronáutica ficou detido por dois dias na Base Aérea¹⁷. Observam-se, com isto, as perseguições que os militares legalistas passaram a sofrer dentro dos quartéis, com punições

¹⁴ Durante o conflito, Alfredo Daudt era um dos pilotos encarregados de fazer o patrulhamento do litoral brasileiro, na busca por submarinos das forças do Eixo – Alemanha, Itália e Japão.

¹⁵ Entrevista concedida ao autor em Porto Alegre, em 31.10.2019.

¹⁶ Político com o qual Alfredo Daudt mantinha uma relação de amizade desde os tempos de escola e que se intensificou no período em que estiveram exilados com suas famílias no Uruguai, após o Golpe Civil-Militar de 1964. Como observa Alfredo Júnior, da convivência entre sua família e a família de Leonel Brizola, no exílio, resultou o casamento de sua irmã Nereida Daudt e o filho do ex-Governador, José Vicente Brizola. Desta união nasceram Juliana Brizola, Leonel Brizola Filho e Carlos Daudt Brizola que, anos mais tarde, também se identificaram com o trabalhismo e assumiram cargos políticos pelo PDT.

¹⁷ MOVIMENTO dos sargentos da FAB foi reforçado pela figura de um capitão. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/postsrascunho/2011/08/movimento-dos-sargentos-da-fab-foi-reforcado-pela-figura-de-um-capitao/>> Acesso em: 13 nov. 2019.

que iam desde prisões¹⁸ até transferências para outras unidades militares espalhadas pelo País. Tais punições não ficaram restritas aos eventos da Campanha da Legalidade, continuando após a posse de João Goulart. Nesse sentido, Sodré faz uma observação para o que chama de uma “anomalia curiosa”, pelo fato de que os “vencidos pareciam vencedores”, pois “os militares que haviam assegurado à continuidade democrática passavam a ser perseguidos e marcados como elementos perigosos [...]. A situação, ao que tais dados indicavam, era de vitória do golpe militar e não de derrota” (2010, p. 459).

Desta forma, os militares que tomaram atitudes em favor da Constituição, como Alfredo Daudt, ficaram marcados pelos oficiais golpistas alinhados com as ideias da DSN. Após o Golpe Civil-Militar de 1964 foram cassados e expulsos das Forças Armadas Brasileiras. Houve, ainda, casos de militares que foram assassinados, como o coronel-aviador Alfeu de Alcântara Monteiro. Este militar também ajudou a impedir o bombardeio do centro de Porto Alegre, em 1961. Por seu posicionamento legalista foi assassinado em 4 de abril de 1964, na Base Aérea de Canoas, quando se recusou a transferir o comando da unidade militar ao brigadeiro Lavanere Wanderley, enviado pelo governo golpista. Conforme Padrós, esses militares estavam enquadrados ao conceito de “inimigo interno” da DSN e o fato de serem militares tornava-se um agravante, sendo considerados, também, “antipatriotas” e “traidores entre camaradas de armas”, o que era um “fato imperdoável” (2005, p. 96).

Observa-se que as tensões entre militares legalistas e golpistas continuaram durante todo o Governo de João Goulart. Graduados e oficiais nacionalistas, socialistas e comunistas estavam envolvidos nos debates políticos que se intensificaram naquele período. Da mesma forma, os militares da DSN seguiam articulando com setores empresariais, políticos e com o Governo estadunidense uma nova tentativa de golpe. No início de 1964 militares legalistas já percebiam movimentações de civis e militares golpistas dentro dos quartéis em que serviam.

De acordo com Padrós e Lameira, quando teve início o Golpe Civil-Militar, em 31 de março de 1964, Leonel Brizola – no cargo de deputado federal – e o Prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise, também do PTB, tentaram repetir a Campanha da Legalidade de 1961. Após a nomeação emergencial do general legalista Ladário Pereira Telles, pelo Presidente João Goulart, para assumir o comando do III Exército, este militar viajou para Porto Alegre. Em seguida, foram ocupadas emissoras de rádios e iniciadas mobilizações civis e militares para resistir ao Golpe, levando o Governador do estado, Ildo Meneghetti, a transferir a sede do Governo para a cidade de Passo Fundo, em 1º de abril (2010, p. 46).

¹⁸ Um dos militares presos foi o marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott. Este oficial era conhecido pelo seu posicionamento legalista e foi preso após divulgar um manifesto contra a tentativa de golpe.

Também naquele dia, em frente à Prefeitura de Porto Alegre, Leonel Brizola, Sereno Chaise, o deputado Wilson Vargas, entre outras lideranças políticas, realizaram um comício conclamando a população a lutar em defesa da democracia. Em diversas cidades do Rio Grande do Sul ocorreram tentativas de resistência ao Golpe, fosse por lideranças civis – como em Santa Maria, onde os ferroviários decidiram pelo início de uma greve, logo encerrada –, fosse por militares. Tal como em Porto Alegre, no entanto, o apoio deste setor à Legalidade não foi uma unanimidade. Apesar do novo comandante do III Exército ter se engajado na luta pela defesa da ordem constitucional, algumas guarnições militares dos estados sulinos, sob o seu comando, já estavam sublevadas a favor do Golpe. O mesmo ocorria com a Brigada Militar, que se encontrava dividida. Portanto, a situação não era tão favorável, como em 1961.

Nesse contexto de tensões no setor militar, novamente o capitão-aviador Alfredo Daudt se engajou nas ações de resistência ao Golpe em curso. Conforme relata o coronel reformado da Brigada Militar, Maildes Alves de Mello – na época, filiado ao PTB e exercendo o cargo de chefe da Guarda Municipal de Porto Alegre –, Alfredo Daudt foi por ele convocado para assumir a direção da Companhia Carris Porto-Alegrense, objetivando, com isso, assegurar o fornecimento de combustível aos veículos que seriam usados na resistência e a mobilização do maior número possível de funcionários. Sobre isto, acrescenta que:

Era presidente da Companhia Carris Raul Daudt, primo do então capitão aviador Alfredo Ribeiro Daudt, que estava indicado para substituí-lo, mas ainda não tinha assumido. Pedi para este assumir seu cargo e atender a emergência! A Companhia Carris estava em greve, e seu pessoal poderia ser aproveitado para engrossar a defesa a ser montada a partir da Prefeitura (2008, p. 32).

Devido à quantidade insuficiente de armas, com uma remessa de gasolina foram confeccionados artefatos explosivos do tipo “coquetel molotov”, no Mercado Público da cidade. Além disso, guardas foram destacados para a construção de barricadas, com sacos de areia, ao redor do prédio da prefeitura e para fazer o bloqueio das ruas que davam acesso ao local, com caminhões, carroças e outros objetos. Apesar da falta de armas, o número de voluntários civis e militares que se reuniu na prefeitura foi expressivo. Entre eles estava Alfredo Daudt e cerca de duzentos funcionários da Carris. Sobre isto, o autor relata que:

[...] à noite já do dia 1º, o interior do prédio da Prefeitura se encontrava intransitável, tal o número de pessoas que para lá logo acorrera. Quando vi, adentraram nela cerca de duzentos funcionários da Carris. Com a chegada também do capitão Daudt, comentei com ele: ‘Não temos armamento, e este pessoal aqui nos atrapalha! Com apenas uma bomba poderemos perder toda

a tropa. Eles deveriam ficar concentrados lá na Carris'. Mas tudo continuou como estava, e ninguém arredou os pés dali toda noite! (Idem, p. 33).

Com a notícia da desistência de João Goulart em resistir ao Golpe, para evitar uma guerra civil no País e de que o mesmo se dirigia para o exílio, no Uruguai, no dia 2 de abril o grupo que estava ao redor da prefeitura se desmobilizou, com a lista de voluntários sendo queimada. Com a instauração da Ditadura Civil-Militar de SN Brasileira, Leonel Brizola e outras lideranças políticas e militares também se exilaram naquele país. No dia 5 de abril Alfredo Daudt foi preso porque, conforme documento produzido pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), essa seria uma “medida de segurança, pois era pessoa de grande projeção no Sul do País onde seu contato com Leonel Brizola fazia com que fosse elemento de ligação com os seus subalternos e o Deputado”¹⁹.

Em seguida, o capitão-aviador também foi atingido pelo Ato Institucional Nº 1 (AI-1) – que cassou por dez anos os direitos políticos de milhares de pessoas – sendo transferido para a reserva e, nos meses seguintes, demitido da Aeronáutica. Em documento intitulado “Coletânea dos Atos Institucionais elaborado pelo Ministério da Aeronáutica (CISA)”, consta um decreto de 3 de setembro de 1964, em que a demissão do militar é comunicada, seguida da justificativa de que foi consequência do “prosseguimento das investigações sumárias [...]” que apuraram “fatos novos que evidenciaram maior gravidade de suas participações em *atividades subversivas*, e reclamam a imposição de penalidade adequada”²⁰ [grifo nosso].

Além da demissão, Alfredo Daudt teve sua licença de voo cassada, impedindo-o de exercer a profissão de piloto mesmo na aviação civil. Enquadrados ao conceito de “inimigo interno”, da DSN, os militares que tomaram atitudes em defesa da Constituição, em 1961 e 1964 – e que, em muitos casos, se identificavam com as ideias trabalhistas, socialistas e comunistas –, foram punidos por crimes de “subversão”. Sofreram, portanto, com diferentes formas de perseguições, como a impossibilidade de conseguir emprego, a vigilância constante dos órgãos de segurança a suas famílias, prisões arbitrárias em que ficavam incomunicáveis e eram torturados, até assassinatos. Portanto, desde 1964 se tornaram vítimas do Terrorismo de Estado. Vale destacar que, além das perseguições que esses militares e seus familiares

¹⁹ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). br_dfanbsb_v8_mic_ptr_dti_prt_0226_d0003de0003.pdf. DI PRT 00226. SEC 3. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. 28 de setembro de 1989.

²⁰ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_81005550_d0002de0014.pdf. Coletânea dos Atos Institucionais elaborado pelo Ministério da Aeronáutica (CISA). ATOS DA REVOLUÇÃO. Volume I. DE 9 DE ABRIL DE 1964 A 15 DE MARÇO DE 1967. CNF 2. p. 68. 10 de dezembro de 1981.

sofreram seus nomes também foram expostos de forma a criminalizá-los, tanto publicamente como no âmbito das Forças Armadas.

Exemplo disso é o documento confidencial, reproduzido pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), em que é dado um destaque para aqueles civis e militares brasileiros que, nas décadas de 1930 e 1960, teriam colaborado com o “[...] Movimento Comunista Internacional para a tomada do Poder”. Sobre o contexto de 1964, com a recomendação de “[...] que os contemporâneos [...] não se esqueçam e para que os mais moços tomem conhecimento e se acautelem [...]”, o capitão-aviador Alfredo Daudt consta em uma lista com outros nomes de militares que “[...] tiveram atuação destacada na torpe, vil e infame tentativa de entregar o Brasil e todos nós, nas mãos do comunismo internacional”.

Desta forma, este documento de caráter informativo tem, na verdade, um objetivo pedagógico, uma vez que, destacando seus nomes e considerando “todos comunistas atuantes, conhecidos no meio militar como adeptos do credo vermelho”, relegava esses militares a condição de traidores e criminosos, sendo, por isso, [...] punidos com a reforma compulsória ou demissão das Forças Armadas, além de responderem penalmente pelos crimes que tivessem praticado”²¹. Da mesma maneira, fica clara a distorção feita pelos militares da DSN com relação àquelas pessoas que atuaram politicamente em defesa da legalidade e que, em muitos casos, se identificavam com diferentes correntes ideológicas. Além de criminalizados, os militares identificados com as ideias socialistas e nacionalistas – ou trabalhistas – foram todos considerados “comunistas”, caso do capitão-aviador Alfredo Daudt, que não era filiado ao PTB, mas com suas ideias se identificava.

Como parte da violência estatal, as perseguições aos militares contrários ao Golpe Civil-Militar se estenderam a todas aquelas pessoas que com eles se relacionavam, como colegas, amigos e, principalmente, familiares. Como exemplo disto, destaca-se o caso de Alfredo Júnior que, trilhando o mesmo caminho de seu pai, como piloto da Aeronáutica, foi desligado da Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), em 1966. Tendo ingressado nesta escola militar em 1964, o sargento reformado nunca teve qualquer tipo de punição por indisciplina, o que, no entanto, não foi o suficiente para sua permanência nas Forças Armadas. Apesar de ser um militar “totalmente” comprometido com a disciplina e nunca ter tomado qualquer atitude contra a Ditadura Civil-Militar de SN Brasileira, Alfredo Júnior, tal como seu pai, tinha um posicionamento legalista e também se identificava com as ideias

²¹ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). br_an_bsb_vaz_122_0067.pdf. O comunismo Internacional e suas tentativas de tomada do poder no Brasil. 23 de dezembro de 1974.

trabalhistas. Após ser desligado da EPCAR, trabalhou por alguns anos na aviação civil, tendo, no entanto, de abandonar a profissão, em decorrência das perseguições que continuou sofrendo. Sobre isso diz que:

Eu sou uma consequência do que o meu pai praticou [...] Por ser a coincidência de ser homônimo dele. O meu pai se chama Alfredo Ribeiro Daudt e eu me chamo Alfredo Daudt Júnior, mas nós, ambos, tínhamos o nome de guerra, Daudt, na Força Aérea. E como o meu pai havia sido punido, aquilo ali terminou passando, aquele preconceito... Terminou passando, vamos dizer assim, de um recado direto – a paranoia persecutória que existia na época –, para que eu fosse alvo e tivesse sido atingido, também, e sido colocado para fora e ter sido demitido a bem da disciplina, coisa que eu nunca deixei de cultivar. E foi exatamente a bem da disciplina que eu fui colocado para fora da EPCAR²².

Após ser expurgado da Aeronáutica, o capitão-aviador Alfredo Daudt se engajou na luta pela restauração da democracia no Brasil, se unindo a outros militares cassados – exilados no Uruguai ou ainda no País – e da ativa, comprometidos com a legalidade. Vale destacar que, apesar da série de cassações, alguns militares trabalhistas, socialistas e comunistas não tiveram seus posicionamentos políticos descobertos. Desta forma, continuaram no serviço ativo das Forças Armadas e da Brigada Militar, fato que contribuiu para as articulações feitas por Alfredo Daudt, visando o desencadeamento de movimentos armados para derrubar a Ditadura Civil-Militar de SN Brasileira recém-instaurada.

OS PLANOS DE LEVANTES ARMADOS, A LUTA PELA ANISTIA E A FUNDAÇÃO DO PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT)

De acordo com biólogos, Pintassilgo é o nome popular usado para denominar algumas espécies de aves de pequeno porte que podem ser encontradas em diversas regiões do planeta, como Europa, África, Oceania e América do Sul. Na Europa Ocidental, a espécie *Carduelis carduelis* era símbolo da resistência e da perseverança²³. Pintassilgo também teria sido o nome dado a uma operação planejada pelo capitão-aviador Alfredo Daudt que, juntamente com militares trabalhistas da Aeronáutica, do Exército, da Brigada Militar e de civis, tomariam quartéis espalhados pelo Rio Grande do Sul, dando início a um movimento nacional para derrubar a Ditadura Civil-Militar de SN Brasileira. De acordo com o jornal *Folha da Tarde*, edição de 30 de novembro de 1964 “o nome da operação se devia ao fato de seu

²² Entrevista concedida ao autor em Porto Alegre, em 31.10.2019.

²³ CARDUELIS *Carduelis*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Carduelis_carduelis> Acesso em: 01 jun. 2019.

sucesso depender da ação a ser desenvolvida por pequenos aviões que, em hora aprazada, decolariam rumo a três objetivos, a fim de bombardeá-los. Esta ação, pela surpresa, levaria o pânico a locais visados”²⁴. Sobre isto, Bandeira, acrescenta que entre os alvos do bombardeio, estava o Palácio Piratini (2010, p. 375).

Vale destacar que, sobre o suposto plano de bombardeio do Palácio Piratini, Alfredo Júnior esclarece que esta informação não procede por dois motivos básicos: primeiramente, porque seu pai tinha como algo inconcebível o bombardeio do centro de Porto Alegre – cidade onde nasceu e viveu – e a consequente morte de pessoas. Portanto, essa seria uma atitude contraditória de seu pai e dos demais militares que da operação participariam, uma vez que, durante a Campanha da Legalidade, em 1961, “eles ficaram horrorizados quando viram a possibilidade do centro de Porto Alegre ser bombardeado, então *já* eles queriam isso daí”²⁵ [grifo do autor]. O que seu pai planejava eram voos rasantes sobre as unidades militares que não aderissem ao movimento legalista, apenas como forma de intimidação. Ligado a isso, chega-se, então, ao segundo ponto destacado por Alfredo Júnior, que se baseia em dados técnicos. Sobre isso diz o seguinte:

O meu pai achava que um voo rasante intimidava [...] Isso era ideia dele. Romântica, não é? Romântica. Até mesmo, porque os aviões que ele constava na Operação Pintatio (sic), era esse [North American] T-6 e esses aviões não eram mais armados, eles serviam só para instrução de voo. [...] Eles haviam sido caças na [...] Segunda Guerra Mundial, mas no Brasil eles serviam para instrução de voo só. O cara aprendia a voar ali, para depois ir para as unidades de caça. [...]. Era um avião desarmado. E então não tem o mínimo cabimento isso daí [...] porque os aviões, mesmo, não eram equipados para fazer nada – os que o pai botou ali, que era o que ele sabia pilotar, que eram os da ELO²⁶, que faziam ligação com a Marinha – não tinham um armamento. Os aviões que podiam destruir e atacar – os caças da época – eram os jatos Gloster Meteor [...] esses eram aviões de caça, de combate, que estavam na ativa. Esses sim. Mas o que o meu pai previa na Pintassilgo não tinha um Gloster [riso], não ia ter. Ele não sabia pilotar aquilo ali. Não era da época dele. Faziam só de T-6²⁷.

Nessa perspectiva, os aviões decolariam da Base Aérea de Canoas e seriam pilotados por oficiais cooptados pelo capitão-aviador. De acordo com Chagas, “depois de tomada a Base deveria ficar em poder dos insurretos por no mínimo 24 horas contando com o apoio externo de carros de combate pilotados por também insurretos”. Além disso, “outra medida

²⁴ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Fundo Campanha da Mulher pela Democracia. BR_AN_RIO_PE_0_0_0083_d0001de0001.pdf. Folha da Tarde revela “Operação os Pintassilgos”: Prisão de ex-oficial da Aeronáutica descobriu planos revolucionários. 30 de novembro de 1964.

²⁵ Entrevista concedida ao autor em Porto Alegre, em 31.10.2019.

²⁶ Abreviatura para Esquadrilha de Ligação e Observação.

²⁷ Entrevista concedida ao autor em Porto Alegre, em 31.10.2019.

seria a prisão ou mesmo o justicamento” daqueles oficiais que compactuavam com a Ditadura vigente (2007, p. 59). Junto com a ocupação e o controle da base, também ocorreria a tomada e a reorganização de efetivos do 18º e 19º Regimento de Infantaria e do 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado²⁸.

No entanto, esta operação não foi posta em prática, porque Alfredo Daudt foi preso em 26 de novembro de 1964, no aeroporto Salgado Filho, quando o avião comercial no qual embarcara já se encontrava na pista de decolagem. O militar pretendia chegar a Montevideu e se encontrar com Leonel Brizola, a fim de levar ao líder político o documento contendo detalhes da operação e os nomes de militares cassados e da ativa que estariam dispostos a pegar em armas contra a Ditadura Civil-Militar de SN Brasileira. O documento foi descoberto quando Alfredo Daudt foi levado para a sede do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e lá tentou se desfazer do mesmo, jogando-o pela janela do sexto andar²⁹. Sobre a ligação do capitão-aviador com Leonel Brizola e os militares trabalhistas exilados no Uruguai, o capitão reformado José Wilson da Silva diz que:

[...] o Daudt era muito brizolista [...] nós tínhamos, eu o Daudt, mais uns aí, uma militância muito grande com o Brizola. E o Daudt era muito atrevido, ele era capitão da Aeronáutica, ele ia lá e vinha aqui. Ia a Montevideu escondido e vinha [para Porto Alegre]. [...]. Ele veio aqui e falou com vários oficiais, tinha uns do Exército [...]. Tinha uma listinha no bolso e inventou de tomar um avião com a desculpa de que ia para Buenos Aires, mas o avião pousava em Montevideu, e aí os órgãos de segurança estavam com o olho controlando quem ia para Montevideu. [...] a polícia pegou o bilhete, pegou o nome de várias pessoas e prenderam todo mundo. A intenção dele era fazer um levante. Ele ia avisar o Brizola que tinha condições de fazer um levante aqui nas proximidades de Porto Alegre³⁰.

Este plano, portanto, não partiu de uma ordem no Uruguai, apesar de que naquele país, Leonel Brizola, José Wilson e outros militares já vinham articulando um levante, com data inicial prevista para 15 de setembro de 1964. No entanto, a data para o início do movimento armado foi sucessivamente adiada. Alfredo Daudt era um dos militares trabalhistas de confiança do grupo de Brizola. Contavam com ele para quando se desencadeasse algum movimento armado. De acordo com Chagas, a prisão do oficial ocorreu após a recusa do

²⁸Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). br_dfanbsb_v8_mic_ptr_dti_prt_0226_d0003de0003.pdf. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. 28 de setembro de 1989.

²⁹Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85010643_d0001de0001.pdf. CAPA DE ACE. Nº ACE/ANO 10643/85. Relatório. 14 de janeiro de 1965.

³⁰ Entrevista concedida ao autor em Porto Alegre, em 21.05.2019.

sargento Altivo Aguiar, da Base Aérea de Canoas, de abrigar Leonel Brizola em sua casa, quando se iniciasse a operação. Este militar “[...] denunciara a seus superiores a existência de articulações visando apear do poder os militares golpistas” (2007, p. 60).

Para esse movimento armado também estava prevista a participação de militares do interior do estado. Além da tomada de quartéis em outras cidades, estes deveriam garantir o pouso dos aviões em local seguro. No jornal *Folha da Tarde* consta que “enquanto isso, ‘Os Pintassilgos’ estariam – missão cumprida – rumando para um ponto do interior (não indicado no plano), onde o domínio dos rebeldes lhe garantia pouso”³¹. Em outra reportagem do mesmo jornal, na edição de 1º de dezembro, fica subentendido que o pouso dos aviões ocorreria na cidade de Veranópolis, onde a pista de pouso encontrava-se “desde sexta-feira última ocupada militarmente pela Brigada Militar”. Com isto, estavam “proibidas as operações de aparelhos aéreos naquele campo”³².

Após a prisão de Alfredo Daudt outras pessoas, entre civis e militares, também foram presas no Rio Grande do Sul, sob a acusação de envolvimento com o plano. Sobre isso, José Wilson da Silva acrescenta que “desencadearam prisões de toda a nossa gente. Foi um estrago. Esse foi o primeiro estrago que [...] nós sofremos”³³. Até o dia 29 de novembro, cerca de duzentas pessoas haviam sido presas. Entre os civis estavam alguns líderes sindicalistas, um médico e políticos do PTB. Já entre os militares estavam o tenente-coronel Emilio João Pedro Neme, o tenente Plínio Ivar da Rosa e o sargento Guerino Riçardo, todos da Brigada Militar – e filiados ao PTB – (*Correio do Povo*, Porto Alegre, edição de 29 nov. 1964. p. 64)³⁴. Daquela corporação também foi preso o soldado Victor de Souza Couto. Este último relata que foi torturado por agentes do DOPS durante “uma (1) noite inteira e um dia” na tentativa de extrair informações “de um suposto ‘código’” que seria de seu conhecimento³⁵.

Em decorrência da série de prisões ocorridas no Rio Grande do Sul, e mesmo em outros estados, o movimento armado acabou não se concretizando. Após ser preso e levado para as dependências do DOPS, onde foi torturado, Alfredo Daudt foi transferido para a 6ª Companhia de Polícia do Exército, ambos em Porto Alegre. A transferência ocorreu pelo fato

³¹ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Fundo Campanha da Mulher pela Democracia. BR_AN_RIO_PE_0_0_0083_d0001de0001.pdf. Folha da Tarde. Folha da Tarde revela “Operação os Pintassilgos”: Prisão de ex-oficial da Aeronáutica descobriu planos revolucionários. 30 de novembro de 1964.

³² Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Fundo Campanha da Mulher pela Democracia. BR_AN_RIO_PE_0_0_0083_d0001de0001.pdf. Folha da Tarde. Autoridades estendem a rede para elucidação completa da trama: Cópia da “Operação Os Pintassilgos” apreendida num município gaúcho. 1º de dezembro de 1964.

³³ Entrevista concedida ao autor em Porto Alegre, em 21.05.2019.

³⁴ Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

³⁵ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul RS/Acervo da Comissão Especial de Indenização/VICTOR DE SOUZA COUTO. 10 de agosto de 1998.

do quartel ser considerado mais seguro, devido ao “temperamento audaz” do militar e para que houvesse rapidez nas investigações. Nesse local sofreu maus tratos e ficou incomunicável de 5 de dezembro até a madrugada do dia 13. Apesar do rigor com a segurança do quartel, Alfredo Daudt surpreendeu os militares daquela unidade, quando conseguiu fugir. Os detalhes de sua fuga é assim relatado em IPM:

Com uma lâmina de serra fina para metais, serrou o preso a parte de uma vareta de ferro duma cama, com 1 cm de diâmetro, que quebrou-a, dobrou-a entre as barras da janela que dá para o alojamento e com ela forçou um pedaço de tábua do forro. Andou pelo forro uns 15 metros, na direção da rua Duque, onde é mais baixo o edifício. Retirou oito telhas, subiu ao telhado, teria andado mais uns 10 metros, protegido da vista de pessoas de fora pela platibanda do edifício; na junção deste com um pequeno bar amarrou um cobertor verde-oliva rasgado em tiras, de mais ou menos 20 cm de largura e emendadas, a uma das seteiras do edifício; pelo cobertor desceu à rua, naturalmente tendo observado a ronda da sentinela móvel. Após a descida, teria puxado o cobertor que se rasgou, deixando parte amarrada ao telhado e parte no chão³⁶.

Observa-se que, no mesmo período em que Alfredo Daudt esteve preso, servia naquele quartel o então tenente Carlos Lamarca que, posteriormente, em 1969 – já no posto de capitão –, desertou do quartel onde servia, em São Paulo, para se integrar à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)³⁷. Devido ao seu posicionamento político e sua posterior atuação nas ações de guerrilha, no Brasil, tornaram-se correntes os boatos de que este militar teria atuado em favor da fuga de Alfredo Daudt, em dezembro de 1964. Sobre isso, Alfredo Júnior enfatiza que seu pai não mantinha contato com Carlos Lamarca na prisão, porque não o conhecia. Enquanto esteve preso, normalmente o capitão-aviador sofria maus tratos, “a baixo do que deveria ser oferecido a um oficial”, recebendo, por exemplo, a comida em uma lata de goiabada. No entanto, nos dias em que Carlos Lamarca era o responsável pela guarda, Alfredo Daudt percebia que os militares presos por motivos políticos recebiam um tratamento mais humano:

[...] coincidentemente, nessa mesma época em que ele estava na PE [Polícia do Exército], ele notava que nos dias que havia um oficial lá – que era o tenente Lamarca – ele servia pratos normais para eles comerem [...], vamos dizer assim, respeitando a dignidade dos colegas, que eram oficiais que estavam presos ali. O Lamarca sabia quem era o meu pai – claro, ele estava preso lá –, sabia os motivos, ele era um dos guardiões, não é? Mas o meu pai não conhecia o Lamarca. [...]. O pai nunca tinha ouvido falar, nem conhecia. Isso ele, meu pai, disse para mim: “Não. Nunca. Não tinha ideia. Eu só

³⁶ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85010643_d0001de0001.pdf. CAPA DE ACE. Nº ACE/ANO 10643/85. Relatório. 14 de janeiro de 1965.

³⁷ Para mais detalhes sobre a trajetória de Carlos Lamarca no Exército e suas ações políticas ver: *Lamarca: o capitão da guerrilha*, dos jornalistas Emiliano José e Oldack de Miranda (2015).

notava isso, que o cara era um cara mais legal, ele respeitava a nossa dignidade. Tratava com dignidade”. Via que ele era um cara que estava cumprindo ordens ali³⁸.

Nessa perspectiva, Alfredo Júnior acrescenta que os boatos posteriormente espalhados pelos órgãos de segurança e pela imprensa, de que Carlos Lamarca e Alfredo Daudt se conheciam e que juntos teriam planejado a fuga, não condiz com a realidade. Alfredo Júnior relata que seu pai só tomou conhecimento de quem era o oficial do Exército anos depois, quando este já havia desertado para atuar na luta armada. Por conta disso é que existe, apenas, uma possibilidade de que Lamarca tenha facilitado, de forma indireta, a fuga de Alfredo Daudt, mas nada previamente combinado entre os dois. Após a fuga da prisão, o oficial da Aeronáutica se exilou no Uruguai, se juntando ao grupo de militares que continuaram articulando novas tentativas de luta armada para derrubar a Ditadura Civil-Militar de SN Brasileira.

Não é simples traçar uma cronologia das tentativas de luta armada organizadas por Leonel Brizola e os militares trabalhistas ligados a ele. Todavia, é certo que, desde meados de 1964, até o início de 1966, as articulações feitas pelo grupo de exilados com militares da ativa e em situação clandestina no Rio Grande do Sul – para iniciar um levante armado –, foi algo constante. Em 1965, enquanto o grupo do coronel do Exército, Jefferson Cardim de Alencar Osório e do ex-sargento da Brigada Militar, Alberi Vieira dos Santos, iniciava, de forma independente, a Operação Três Passos, no Noroeste do estado rio-grandense, Brizola seguia com as articulações. Em seu depoimento, José Wilson da Silva afirma que o movimento liderado pelo coronel atrapalhou uma nova tentativa de levante, o qual vinha sendo planejada por Brizola, despertando, com isto, a atenção dos órgãos de segurança brasileiros.

Vale destacar que, em 1965, foi criado, no Uruguai, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Conforme Maciel, esta organização era formada, basicamente, por militares cassados e identificados com as ideias nacionalistas de viés revolucionário. O MNR contava com militares cassados de diferentes regiões do Brasil, sendo criado com a ideia de instalar no País focos de guerrilhas, baseando-se na estratégia supostamente aplicada na Revolução Cubana, em 1959 (2009, p. 115). No entanto, como pode ser visto em depoimentos de militares cassados das Forças Armadas Brasileiras, citados por Costa (2007), e confirmado, também, por Bandeira (2010), José Wilson da Silva (2011) e Chagas (2007), a ideia da guerrilha, como forma de luta, não agradava Brizola. Este político ainda preferia seguir com a estratégia de levantes armados, com a tomada de quartéis, seguindo o modelo Tenentista ou

³⁸ Entrevista concedida ao autor em Porto Alegre, em 31.10.2019.

mesmo da Campanha da Legalidade, por ele liderada, em 1961. A guerrilha seria, portanto, um “plano B”, caso o levante falhasse.

Ligado a isto observa-se que, além do debate entre qual a melhor estratégia de luta a ser adotada – se levantes armados ou focos de guerrilhas –, também foram constantes as discussões referentes a eventuais articulações com militantes comunistas nestas ações armadas. Em um relatório produzido pelo SNI, em que fica demonstrado o quanto esses militares exilados eram constantemente monitorados, também é possível perceber os debates em torno das articulações com os comunistas. Juntamente com o almirante Cândido da Costa Aragão, o capitão-aviador Alfredo Daudt tentou unificar os militares exilados em torno de uma frente única, denominada Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN), criada em meados de 1966.

Nas reuniões desta organização defendiam uma articulação com o movimento sindical, camponeses e estudantes, visando um movimento mais abrangente e melhor organizado. Para isto, entendiam como fundamental a participação de militantes do PCB. No entanto, sentiam “as restrições de BRIZOLA em ligar-se ao MRMN” pois este entendia “que tal ligação significa submeter-se ao comunismo internacional afastando-o da burguesia brasileira”³⁹. Essa discordância de Leonel Brizola é confirmada por José Wilson da Silva, quando afirma que em determinada época se desentendeu com o ex-Governador porque este “acreditava muito nos trabalhistas” enquanto que o militar – apesar de também ser trabalhista – “acreditava mais nos comunistas, porque os comunistas geralmente vêm de outras lutas e [...] tem ideologia [...]” enquanto que a massa trabalhista era “muito do oba-oba.”⁴⁰

Entretanto, durante o exílio no Uruguai, o grupo de Leonel Brizola recebeu uma ajuda em dinheiro do governo de Cuba. Fidel Castro acreditava na liderança do ex-Governador para derrubar a Ditadura Civil-Militar de SN Brasileira e instalar um governo revolucionário no País. Como relata José Wilson da Silva, este dinheiro – cerca de 500 mil dólares⁴¹ – foi usado para o financiamento das tentativas de luta armada empreendidas no Brasil, na compra de armamento, viagens para fazer contatos no País, hospedagens, entre outros gastos. Este dinheiro também foi utilizado por Alfredo Daudt, que ficou encarregado de comprar um

³⁹ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). br_dfanbsb_v8_mic_ptr_dti_prt_0226_d0003de0003.pdf. DI PRT 00226. SEC 3. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. ALFREDO RIBEIRO DAUDT (EX-Cap.).

⁴⁰ Entrevista concedida ao autor em Porto Alegre, em 31.10.2019.

⁴¹ Faz-se a observação que esta quantia correspondeu a uma segunda remessa de dinheiro enviada por Fidel Castro. A primeira remessa, também de 500 mil dólares, foi dividida entre o grupo de Brizola, João Goulart e Darcy Ribeiro. Para mais detalhes ver: *O tenente vermelho*, de José Wilson da Silva (2011).

bosque de eucaliptos, no Rio Grande do Sul, com o objetivo de “comercializar, disfarçando o real motivo de reunir um elevado número de homens para ação armada” (2011, p. 186).

José Wilson acrescenta que por conta da preferência de Leonel Brizola pelos trabalhistas, a quase totalidade das pessoas reunidas na pequena propriedade eram ligadas ao PTB, entre civis e militares das Forças Armadas e da Brigada Militar. A compra e o uso dessa fazenda para o agrupamento de pessoas representou uma série de riscos sendo, por isso, necessário passar uma aparência de normalidade no que diz respeito às atividades de extração de madeira. Desta forma, a confiança nas pessoas que para lá se dirigiam era algo fundamental, não apenas para manter em segredo as reais intenções de luta armada, passando uma aparência de normalidade para não chamar a atenção dos órgãos de segurança, mas também para manter a coesão do grupo. Sobre o motivo para a compra da propriedade e as precauções tomadas, o capitão-reformado diz o seguinte:

A gente estudava, estava permanentemente trocando ideia com gente que ia lá [no Uruguai]: como ter muita gente a mão? Quer dizer: gente de meia ou total confiança. É meio arriscado. [...]. E então a gente estudava como ter um grupo significativo de pessoas em um dia apazado – em um dia a ser apazado – e uma das maneiras foi fazer madeira, quer dizer, lenha. Então foi comprado um bosque, aqui para o lado de Montenegro, e estavam selecionando trabalhadores [riso]. Quer dizer, um eucalipto, que podia cortar em um dia, se pudesse, cortasse em três, quatro dias. Ia outro e ia trabalhar, então era uma maneira de ter um grupo de homens. Muitos deles tinham consciência do que seria, mas, alguns, não dava para dizer, porque senão furava. Eu até acho que esses esquemas devem ter furado muito pouco, porque poucas pessoas tomaram conhecimento e o Daudt era um dos que estava tocando isso⁴².

No entanto, nenhum movimento armado partiu da propriedade de eucaliptos. Em 1966, Brizola comandou sua última tentativa de levante, com civis e militares de Porto Alegre e do interior do Rio Grande do Sul. Tal como nas tentativas anteriores, o plano foi descoberto pelos órgãos de segurança brasileiros, quando se encontrava na fase de preparação. Conforme IPM, o ex-deputado trabalhista Beno Orlando Brumann foi o encarregado das articulações com os civis, “principalmente da Região das Missões”. Neste caso, também estavam envolvidos Rafael Peres Borges e Ivo dos Santos Amaral, responsáveis por recrutar e organizar trabalhadores da Companhia CARRIS de Porto Alegre.

No setor militar, o então tenente José Wilson da Silva e o sargento Amadeu Felipe Ferreira foram os encarregados dos contatos com militares que serviam em quartéis da Fronteira. Para um “Plano a parte”, na Aeronáutica, estava novamente encarregado o capitão-

⁴² Entrevista concedida ao autor em Porto Alegre, em 31.10.2019.

aviador Alfredo Daudt. Já na Brigada Militar, a tarefa de arregimentar os militares ficou a cargo do coronel da reserva – e ex-chefe da Casa Militar do Piratini, durante o Governo de Leonel Brizola –, Átilo Cavalheiro Escobar. Além disso, para a tomada do Palácio Piratini, seriam selecionados militares da ativa de confiança de Átilo Escobar, o que, neste caso, ocorreria sob o comando do tenente João Veremundo Cavalheiro. Outros militares trabalhistas da Brigada Militar, como o oficial Isko Germer, participaram de reuniões em Porto Alegre e tinham como “missões” fazer o contato com militares de outras guarnições do Rio Grande do Sul, como Santa Maria, Montenegro e Passo Fundo.

Como coordenador do “PLANO” estava o tenente-coronel reformado do Exército, José Lemos de Avellar. Com a sua presença, sucederam-se reuniões, em Porto Alegre, onde ficaram acertados detalhes das “missões” que cada militar assumiria. A tomada de armas do quartel da Brigada Militar e o ataque às unidades do bairro Partenon ocorreria sob o comando do coronel Átilo Escobar; o tenente do Exército, Nilo dos Santos Silveira, ficaria encarregado do ataque ao CPORPA⁴³; o capitão João Batista Chagas e o tenente Luis Machado – ambos da Brigada Militar – atacariam o 19º RI; Ivo dos Santos Amaral, juntamente com funcionários da CARRIS, atacariam a 6ª Cia PE⁴⁴; o sargento Amadeu Felipe Ferreira comandaria o ataque ao I/18º RI; o tenente José Wilson da Silva ficaria encarregado de atacar o 2º R REC MEC e 2ª CIA MED MNT, do Exército e; por fim, o Batalhão da Brigada Militar da Praia de Belas vigiaria o batalhão vizinho e ocuparia a Praça Marechal Deodoro⁴⁵.

Os responsáveis pelo Inquérito fazem a observação quanto às semelhanças que este plano tinha com as tentativas anteriores, citando a Operação Pintassilgo, “o caso Araken”⁴⁶ e a Operação Três Passos. Nesse sentido, acrescentam que em todos eles, “LEONEL DE MOURA BRIZOLA, mandaria convulsionar uma área por intermédio de bombardeio ou ataques de surpresa e, então, lançaria ele próprio mão de uma Emissora [de rádio] e levantaria as massas para conquista de seus objetivos [...]”. Em seguida, acrescentam que o tenente José

⁴³ Abreviatura para Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre. Este pertencia ao Exército.

⁴⁴ Sexta Companhia de Polícia do Exército.

⁴⁵ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012487_d0001de0001.pdf. CAPA DE ACE. Nº ACE/ANO 12487/85. IPM em Porto Alegre/RS sobre as atividades de brasileiros no Uruguai. 17 de abril de 1966.

⁴⁶ Conforme depoimentos de alguns militares, citados por Costa (2007), na passagem de 1965 para 1966, em meio às articulações para um levante em Porto Alegre, o sargento Araken Vaz Galvão se envolveu em uma briga com sua companheira, sendo atingido por um tiro de arma de fogo. Sua internação no pronto-socorro acabou chamando a atenção da polícia. Em decorrência da sua prisão e da sua companheira, o plano que vinha sendo articulado foi descoberto e, sem maiores prejuízos, teve de ser adiado. Sobre isso, José Wilson da Silva, em entrevista concedida ao autor (Porto Alegre, em 21/05/019), acrescenta que, até aquele momento, vinte e um sargentos já estavam em Porto Alegre, vindos do Rio de Janeiro, para fazer parte do levante.

Wilson da Silva propôs a participação de militantes do PCB neste movimento armado, o que não foi aceito pelo tenente-coronel José Lemos de Avellar⁴⁷.

De fato, houve uma tentativa de articulação com militantes comunistas, conforme relata José Wilson da Silva, em sua autobiografia, quando diz que procurou fazer “novo esquema de trabalho, mais popular. Tentando usar mais elementos de esquerda”, manteve “uma conversa com o pessoal do PCB, através do Carlos Avelino [...] tentando uma estrutura mais sólida politicamente, com quadros mais experimentados”. Acrescenta, no entanto, que “infelizmente deu em nada este contato com o PCB” (2011, p. 151). Todavia, como pode ser visto em Costa, alguns militares envolvidos na operação eram militantes do PCB, como Amadeu Felipe Ferreira (2007, p. 21).

Foi esta tentativa de articulação com os comunistas que levou à descoberta do plano pelos órgãos de segurança. Em outro relatório de IPM, consta que o capitão Wenceslau Ari Sena – após aceitar o convite do coronel Átilo Escobar para fazer parte do levante e de participar de uma reunião no apartamento do tenente Veremundo Cavalheiro –, “recuou de sua posição ao tomar conhecimento, pessoalmente do Cel AVELAR [sic] da participação de elementos comunistas e da forma como ele seria iniciado, o que qualificou de subversivo e terrorista”⁴⁸. Este militar denunciou o plano ao comandante do batalhão em que servia, tendo como consequência a prisão de alguns dos militares participantes.

Com a descoberta do plano, no início de 1966, todos os civis e militares citados anteriormente foram acusados de crime previsto na Lei de Segurança Nacional (LSN) vigente, tendo prisão decretada, incluindo-se o ex-Governador Leonel Brizola⁴⁹. Com o fracasso da tentativa de levante, Brizola, Paulo Schilling e os militares que defendiam a estratégia do foco guerrilheiro, investiram suas forças na chamada Guerrilha de Caparaó, na Região Sudeste do Brasil, por meio do MNR. Com a desarticulação daquela tentativa de foco guerrilheiro, pelo aparato repressivo, em abril de 1967, Leonel Brizola desistiu de dar continuidade à luta armada contra a Ditadura Civil-Militar de SN Brasileira.

Além de Leonel Brizola, Alfredo Daudt e outros militares também desistiram da ideia de luta armada contra a Ditadura. Em outubro de 1967, após intermédio de seu advogado,

⁴⁷ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011324_d0001de0001.pdf. Cópia de relatório e solução do IPM procedido pelo Cel ERASMO GONÇALVES DE SOUZA, do QGR/3. 12 de maio de 1966.

⁴⁸ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012487_d0001de0001.pdf. CAPA DE ACE. Nº ACE/ANO 12487/85. IPM em Porto Alegre/RS sobre as atividades de brasileiros no Uruguai. 17 de abril de 1966.

⁴⁹ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011324_d0001de0001.pdf. Cópia de relatório e solução do IPM procedido pelo Cel ERASMO GONÇALVES DE SOUZA, do QGR/3. 12 de maio de 1966.

Alfredo Daudt retornou ao Brasil para se apresentar às autoridades⁵⁰. Conforme relato de Alfredo Júnior, seu pai tomou a decisão de retornar ao País porque o Governo do ditador Artur da Costa e Silva acenou com a possibilidade de conceder anistia àqueles militares que se colocaram contra o Golpe Civil-Militar e que estavam sendo processados. No entanto, seu pai foi novamente preso quando se iniciaram as negociações com o chefe de polícia de Porto Alegre, o coronel Pedro Américo Leal, que era conhecido da família. Como parte das disputas que existiam entre os órgãos de segurança brasileiros, para assegurar investimentos, mostrar efetividade e conseguir autopromoções na carreira, o coronel preparou uma armadilha para prender Alfredo Daudt. Sobre isso, Alfredo Júnior diz o seguinte:

Aí quando ele veio para se apresentar – aí já nesse episódio eu estava junto – [...] estava no apartamento de uma tia minha, na rua Fernando Machado, e saiu o meu tio [...] e eu e nós fomos até a central de polícia, ali na [avenida] Ipiranga, falamos com o chefe de polícia daqui [de Porto Alegre] – que era o coronel Pedro Américo Leal – e o Pedro Américo Leal disse: ‘Mas o teu pai não sabe que sou eu que estou aqui? Diz para ele vim aqui, pô, para se apresentar, vamos formular isso aqui, fazer tudo direitinho’. Eu digo: ‘ah, perfeito’. – ‘Lembra de mim?’. Eu digo: ‘claro que lembro, não é, coronel?’ – pô, lá de Torres, eles se davam tudo – ‘Ok. Então vou lá, vou avisar ele e ele vai vim se apresentar agora a tarde aqui e está tudo certinho’. Aí, quando nós saímos de lá – o tio e eu, em uma Kombi – eu disse: ‘pô, mas tem um monte [...] de preto e branco atrás de nós aí, nos seguindo’. Ele disse: ‘tu está brincando?’. Eu digo: ‘tem’. Os caras estavam nos perseguindo [riso]. [...] Nós entramos na Fernando Machado [...], ele estacionou na frente de casa e disse assim: ‘tá, agora eu vou avisar o teu pai lá em cima, então’ – para ele se mandar. Os caras vieram para prender. [...]. Daí o meu pai desceu abraçado com a minha tia, ele estava com a fisionomia bastante diferente daquela que estava sendo pedido no jornal [...] Porque eram umas fotografias antigas, não é? E ele, já depois [...] desses 3 anos no Uruguai, ele estava com bigode, botou uma peruca, para disfarçar a entrada, até se entregar [...] e desceu com a minha tia o elevador, passou na frente de toda a escolta, que estava para prender ele – os dois abraçadinhos. Só eu, na Kombi, do outro lado, olhando. E tinha um cara em uma viatura – um policial – que tinha sido criado na casa do avô dele. [...]. Foi o único que viu que era ele. Olhou para mim e eu olhei para ele – eu na Kombi e ele na viatura da polícia – ficamos cada um na sua e daí o pai passou ali. [...]. Aí o pai passou com a minha tia e *pimba*, foi lá para [o bairro] Petrópolis – para a casa dele – e chamou o advogado⁵¹.

Após contatar seu advogado, Alfredo Daudt também entrou em contato com a imprensa, para informar que ele estava no Brasil e que estava prestes a se entregar, como uma forma de desfazer a armação montada pelo coronel e manter sua integridade física. Após isso,

⁵⁰ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). br_dfanbsb_v8_mic_ptr_dti_prt_0226_d0003de0003.pdf. DI PRT 00226. SEC 3. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. 28 de setembro de 1989.

⁵¹ Entrevista concedida ao autor em Porto Alegre, em 31.10.2019.

o capitão-aviador se dirigiu à delegacia e teve sua prisão decretada, sendo transferido para o Presídio Central de Porto Alegre, onde ficou preso por cerca de 30 dias. Depois de ir a julgamento, Alfredo Daudt foi absolvido e, daquele período em diante, se dedicou a outras atividades para sua sobrevivência e de sua família sem, no entanto, abandonar a militância política e a luta pela redemocratização no Brasil.

Nos anos seguintes, o oficial da Aeronáutica se engajou na luta pela anistia dos militares expurgados das Forças Armadas e demais cidadãos brasileiros presos e perseguidos por motivos políticos. Uniu-se, assim, a um amplo movimento social que, como observa Alves, foi reivindicado pela oposição logo após a edição do AI-1, ganhando força “de tal modo que já em 1978 o Estado de Segurança Nacional não podia mais ignorá-lo” (1989, p. 268). Diversos setores da sociedade – entre civis e militares – se mobilizaram em debates, manifestações de rua e associações, visando pressionar o Congresso Nacional a aprovar uma lei que concedesse anistia a todas as pessoas presas e banidas do País por motivos políticos, enquadradas, assim, nos sucessivos atos institucionais baixados pela Ditadura Civil-Militar de SN Brasileira.

Em 5 de julho de 1979, com a finalidade de organizar os militares cassados pelos atos institucionais na articulação com parlamentares brasileiros pela restauração de seus direitos políticos, Alfredo Daudt criou a Associação de Defesa dos Direitos e Pró-Anistia dos Atingidos por Atos Institucionais (AMPLA), com sede em Porto Alegre⁵². Na criação desta Associação também se engajou o capitão reformado José Wilson da Silva. Vale destacar que, a atuação dos militares cassados na luta pela anistia, no Rio Grande do Sul e outros estados brasileiros, não passou despercebido pelos órgãos de segurança, conforme pode ser visto em documento confidencial produzido pelo CISA, em que são apresentadas as pautas de cada uma dessas entidades e os nomes de seus integrantes.

A AMPLA teve uma atenção especial no documento, em que foram apresentados detalhes sobre uma carta enviada pelo seu Presidente, Alfredo Daudt, ao ministro da Aeronáutica. A “DECLARAÇÃO SOBRE A ANISTIA” tratava das “intenções” da AMPLA, propondo “ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA”, criticando o projeto que estava em tramitação no Congresso Nacional e apresentando “sugestões de modificação da redação de alguns artigos e supressão de outros”. Na sequência é feita a observação de que estas

⁵² Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). br_an_bsb_vaz_020_062.pdf. MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. CISA. AMPLA – ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS E PRÓ-ANISTIA DOS ATINGIDOS POR ATOS INSTITUCIONAIS. 19 de setembro de 1979.

sugestões, apresentadas por meio de emendas, “dentro do substitutivo – EMENDA DJALMA MARINHO – foram derrubadas na votação do Congresso Nacional, no dia 23 AGO 79”.

Entre as propostas dos militares da AMPLA – anexada ao documento do CISA – estava o retorno ou a reversão, em cento e vinte dias “seguintes à publicação desta lei”, dos servidores civis e militares “demitidos, postos em disponibilidade, expulsos, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados”. Também propunha que “o retorno ou a reversão ao serviço ativo do servidor civil ou militar, dar-se-á ‘ex-ofício’ e independentemente das vagas e será com total reparação de todos os prejuízos sofridos com a punição [...]”, entre outras mudanças. Porém, estas reivindicações não foram atendidas, sendo aprovada, em 28 de agosto de 1979, a lei nº 6683 que, além de excluir as pessoas envolvidas com a luta armada – aquelas acusadas de envolvimento em “crimes de sangue” –, também abriu margem para a impunidade dos agentes de segurança envolvidos com assassinatos e torturas.

Desta forma, apesar de anistiado, em fevereiro do ano seguinte, “passando à situação de Capitão Aviador da Reserva Remunerada”⁵³ e sendo, posteriormente, promovido a coronel-aviador, Alfredo Daudt continuou proibido de exercer a profissão de piloto, com a não liberação de sua licença de voo⁵⁴. No documento produzido pelo CISA, percebe-se a preocupação do órgão de segurança com a atuação dos militares da AMPLA, que aguardavam a regulamentação da Lei da Anistia aprovada, para denunciar publicamente as discriminações que sofreram por conta de seus posicionamentos políticos e as atitudes que tomariam para reaver a totalidade de seus direitos:

Pretendem, através da propaganda e de contatos diretos, sensibilizar políticos, advogados e a sociedade civil em geral, para a idéia de que, enquanto não acabar a discriminação nas Forças Armadas, a Democracia correrá perigo e haverá, sempre, o perigo do ‘GOLPE’.

Entendem que as Forças Armadas para serem verdadeiramente democráticas precisam aceitar e admitir em suas fileiras as diversas correntes ideológicas⁵⁵.

⁵³ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Serviço Nacional de Informações (SNI). br_dfanbsb_v8_mic_ptr_dti_prt_0226_d0003de0003.pdf. DI PRT 00226. SEC 3. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. 28 de setembro de 1989.

⁵⁴ O mesmo aconteceu com seu filho, Alfredo Júnior, que posteriormente foi reformado como sargento da Aeronáutica. Sobre isto, Alfredo Júnior acrescenta que mesmo a reforma não se deu de forma correta uma vez que, quando foi desligado da EPCAR, curso que formava oficiais, sua reforma deveria ser também como oficial.

⁵⁵ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). br_an_bsb_vaz_020_062.pdf. MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. CISA. AMPLA – ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS E PRÓ-ANISTIA DOS ATINGIDOS POR ATOS INSTITUCIONAIS. 19 de setembro de 1979.

Em outro documento, desta vez difundido pelo Comando-Geral do Ar (COMGAR), como repercussão ao documento anterior, pode-se perceber, novamente, a preocupação do alto escalão com relação à mobilização dos militares cassados – particularmente da AMPLA – na luta pela anistia e o respeito à diversidade ideológica nas Forças Armadas Brasileiras. Nessa perspectiva, tal preocupação continuou assentada nas premissas da DSN e, conseqüentemente, na ideia de manter a coesão interna das Forças Armadas, de modo a afastar qualquer possibilidade de contato dos militares cassados com militares da ativa e um eventual apoio destes últimos aos primeiros, considerados comunistas infiltrados:

2 - Diante da importância do assunto e visando resguardar a tropa de possível infiltração por parte de ex-militares comunistas, os Oficiais e Graduados das OM [Organizações Militares] subordinadas devem tomar conhecimento da existência da AMPLA e dos seus objetivos.

3 – Recomenda-se que seja dada orientação aos militares da maneira de proceder, para evitar a ocorrência de problemas políticos no seio da tropa⁵⁶.

Não por acaso, mesmo com a Lei da Anistia aprovada durante o Governo do ditador João Baptista Figueiredo, esses militares não tiveram uma total reparação pelos danos morais e políticos sofridos após o Golpe Civil-Militar de 1964. No mesmo ano da aprovação da referida lei também foi aprovado pelo Congresso Nacional o fim do bipartidarismo, por meio da Nova Lei Orgânica dos Partidos. Esta acabava com os dois partidos criados pela Ditadura Civil-Militar de SN Brasileira – a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) –, por meio do Ato Institucional Nº 2 (AI-2), de 1965, como uma manobra para extinguir a oposição política no Congresso Nacional e manter uma aparência democrática no País. Conforme Alves, o sistema partidário criado pelo AI-2 “destinava-se a assegurar uma harmoniosa cooperação entre os governantes militares, um partido do governo e uma ‘oposição leal’”. Assim, esta cooperação se resumiu da seguinte forma: “o Legislativo compunha-se, no dizer popular, de um partido do ‘sim’ e de outro do ‘sim, senhor’” (1989, p. 269).

Todavia, mesmo com os limites impostos, com o passar dos anos o MDB se tornou um incômodo para a Ditadura Civil-Militar de SN Brasileira, recebendo um maior apoio popular nas eleições parlamentares. Assim, tornava-se necessário tentar enfraquecer esta oposição consentida, fragmentando-a. Foi nesse contexto de extinção do bipartidarismo e retorno ao

⁵⁶ Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)/Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). br_an_bsb_vaz_020_062.pdf. MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. SEXTO COMANDO AÉREO REGIONAL. SEÇÃO DE INFORMAÇÕES. AMPLA – ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS E PRÓ-ANISTIA DOS ATINGIDOS POR ATOS INSTITUCIONAIS. 26 de outubro de 1979.

Brasil dos exilados políticos – anistiados – que Leonel Brizola, Darcy Ribeiro e outros militantes trabalhistas tentaram a rearticulação do PTB. No entanto, a refundação do Partido sob o controle brizolista não ocorreu, como resultado de uma manobra do Governo para deixar a sigla sob o controle de Ivete Vargas – sobrinha de Getúlio Vargas – e, com isto, impedir a reconstituição da força que o antigo PTB tinha antes do Golpe Civil-Militar de 1964. Isto porque Ivete Vargas representava a conciliação do Partido com os setores conservadores da política brasileira. Sobre isto, Alves diz que:

A união das correntes trabalhistas com as do janismo [liderado pelo ex-Presidente Jânio Quadros] em São Paulo e as do lacerdismo [da extinta União Democrática Nacional] no Rio de Janeiro dotaria o partido de considerável força na arena política. Sua linguagem de oposição vinha nuançada por um posicionamento prático de negociação que levava os membros do PTB a votar ora com a oposição, ora com o governo (Idem, p. 275).

Em função dessa manobra do Governo é que, em 1980, Leonel Brizola, Darcy Ribeiro, Doutel de Andrade, entre outros líderes trabalhistas, fundaram o PDT. Congregando a maioria dos militantes do antigo PTB, a nova sigla trabalhista tinha como linha programática “a propriedade privada, condicionando seu uso às exigências do bem-estar social”. Também defendia “a intervenção do Estado na economia, mas como poder normativo, uma proposta sindical baseada na liberdade e na autonomia sindicais e uma sociedade socialista e democrática”⁵⁷. O capitão-aviador Alfredo Daudt foi um dos militantes – e militares – trabalhistas que ajudou a fundar o novo Partido. Junto com seu filho, Alfredo Daudt trabalhou na busca por novos adeptos, fazendo parte do Diretório do PDT, no Rio Grande do Sul. Desta forma, sua filiação ao Partido significou o ponto máximo de uma trajetória de luta política e identificação com as ideias reformistas e nacionalistas do antigo PTB, da relação de proximidade que desde jovem mantinha com Leonel Brizola e, principalmente, pela convicção que tinha de que, independentemente de qualquer posicionamento político, a democracia era o único caminho para a resolução dos problemas do País.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o que foi exposto neste trabalho, conclui-se que as perseguições praticadas contra o capitão-aviador Alfredo Daudt antes e depois da instauração da Ditadura Civil-Militar de

⁵⁷ 1979 FUNDAÇÃO. Disponível em: <<https://www.pdt.org.br/index.php/o-pdt/historia/>> Acesso em: 29 nov. 2019.

SN Brasileira estavam baseadas ideologicamente na DSN. Enquadrado ao conceito de “inimigo interno”, todos os militares que, como Alfredo Daudt, se identificavam com ideias contrárias à doutrina e que se colocaram contra o Golpe Civil-Militar de 1964, foram cassados ou expulsos das Forças Armadas. Além de “inimigos internos” também eram considerados “traidores da pátria”, pelo fato de serem militares. Nessa perspectiva, estes militares foram atingidos, desde 1964, por práticas de TDE, com prisões, torturas, ameaças e retaliações às suas famílias e mesmo execuções.

Além disso, a atuação de militares como Alfredo Daudt, na Campanha da Legalidade, em 1961, e o engajamento que tiveram em planos de levantes armados sob a liderança de Leonel Brizola – líder trabalhista considerado o principal inimigo dos militares golpistas –, a partir de 1964, serviu de justificativa para a violência estatal que se seguiu contra os mesmos. Além de serem contrários à Ditadura Civil-Militar de SN Brasileira, militares como Alfredo Daudt tomaram atitudes concretas para derrubá-la. Portanto, se para aqueles militares que não se envolveram com a luta armada as práticas de TDE foram intensas, para aqueles que nela se engajaram, a repressão foi implacável. Como demonstrado, tais perseguições, no entanto, não impediram o prosseguimento desses militares – e civis – na luta pela redemocratização do País, mesmo que não mais pela via das armas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. 8 ed. São Paulo: UNESP, 2010.

BRANDALISE, Carla. A Legalidade e o Legislativo: discussões e controvérsias em meio ao levante popular liderado pelo governador Brizola. In. _____; HARRES, Marluza. **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017.

CAPITANI, Avelino Bioen. **A rebelião dos marinheiros**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CARDUELIS Carduelis. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Carduelis_carduelis> Acesso em: 01 jun. 2019.

CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. **A luta armada gaúcha contra a Ditadura Militar nos anos de 1960 e 70. Niterói: UFF, 2007**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2007.

COSTA, José Caldas. **Caparaó**: a primeira guerrilha contra a Ditadura. São Paulo: Boitempo, 2007.

COMBLIN, Padre Josep. **A ideologia de Segurança Nacional**. O poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

IOST, Avelino. **Perseguição e resistência na aeronáutica**: eu vi e vivi. Canoas: Tecnicópias, 2009.

JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack de. **Lamarca**: o capitão da guerrilha. 17 ed. São Paulo: Global, 2015.

MACIEL, Wilma Antunes. **Militares de esquerda**: formação, participação política e engajamento na luta armada (1961-1974). São Paulo: USP, 2009. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2009.

MELLO, Maildes Alves de. **Jantar dos inocentes**: a saga dos expurgados gaúchos. 2 ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2008.

MOREIRA, Vânia Maria. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay...** Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra; LAMEIRA, Rafael Fantinel. 1964: O Rio Grande do Sul no olho do furacão. In. _____; BARBOSA, Vânia; LOPEZ Vanessa et. al. (Orgs). **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)**: história e memória. Vol. 1. 2. ed. Porto Alegre: CORAG, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, José Wilson da. **O tenente vermelho**. 4 ed. Porto Alegre: Age, 2011.